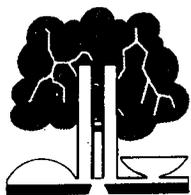


Documentos complicam situação de Alves

Nos papéis apreendidos pela PF existem indícios de que o parlamentar incluiu no Orçamento emendas propostas por três empreiteiras; buscas realizadas ontem em Salvador foram frustradas

**ELZA PIRES
e JOÃO DOMINGOS**



BRASÍLIA — Os documentos apreendidos pela Polícia Federal no apartamento do deputado João Alves (sem partido-BA) na segunda-feira complicam ainda mais a situação do parlamentar. A papelada traz, por exemplo, indícios de que ele incluiu no Orçamento da União emendas propostas por três empreiteiras — Odebrecht, Servaz e Queiroz Galvão. João Alves é apontado como o chefe do esquema de manipulação do Orçamento.

Há entre os papéis uma relação de obras com as dotações previstas no Orçamento, a data de liberação do dinheiro, mais o percentual de 1% anotado na última coluna. Há também um bilhete em que o ex-deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS) pede a Alves 100 milhões (sem especificar se em dólares ou cruzeiros), para um trecho da BR-163 entre Dourados e Naviraí (MS). A obra ainda não tinha sido

contratada e a verba não fôra incluída pelo governo no projeto de Orçamento enviado ao Congresso.

O nome dos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Carlos Benevides (PMDB-CE), e de seu pai, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), aparecem anotados nos documentos de João Alves como patrocinadores de obras. Os quatro estão sendo investigados pela CPI do Orçamento. Em muitos papéis há destaque para a palavra "taxa".

Suspeita-se que sejam propinas.

As buscas no apartamento de João Alves foram feitas sem autorização judicial. A PF usou um ofício do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que pedira a

diligência à polícia. Ontem, munidos do mesmo ofício, 15 agentes da PF invadiram dois apartamentos de João Alves em Salvador, mas não acharam nada. Tentaram entrar em dois outros imóveis do deputado, mas estavam fechados e não conseguiram arrombá-los.

**OPERAÇÃO
FOI FEITA SEM
AUTORIZAÇÃO
JUDICIAL**